

RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL 2022



SICOOB
Coopmond

PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade.

VALORES

- Respeito e Valorização das Pessoas;
- Cooperativismo e Sustentabilidade;
- Ética e Integridade;
- Excelência e Eficiência;
- Liderança Inspiradora;
- Inovação e Simplicidade.

Mensagem da Presidente

A diretoria da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos – SICOOB COOPMOND**, tem a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o seu Relatório Anual – Gestão 2022, balanços e demonstrações financeiras do respectivo exercício e parecer do Conselho Fiscal da sociedade.

A Cooperativa é uma instituição sem fins lucrativos, com 52 anos de existência, que gera, poupa e acumula excedente para ser utilizado em momentos oportunos, como pode ser constatado nas demonstrações deste relatório.

Por meio da Cooperativa os associados acumulam capitais próprios aos quais são incorporados os juros pagos por esta associação. Desta forma, eles mantêm uma importante poupança que, conseqüentemente, fortalece o capital da Cooperativa e proporciona maior garantia de disponibilidade de recursos financeiros para todos os associados que necessitam de financiamentos nesta instituição.

O nosso objetivo não se limita à obtenção de equilíbrio financeiro, o qual temos conseguido através do empenho de nossa equipe em exercer uma boa administração, engloba também o cumprimento do nosso papel de inclusão social. Acreditamos que para incluir socialmente não basta emprestar dinheiro, é preciso orientar a respeito do seu uso adequado. A educação financeira é parte fundamental do nosso trabalho. Assim, para cumprirmos este nosso papel, temos oferecido recursos financeiros pela menor taxa de juros possível, bem como orientação financeira, viabilizando a oportunidade para os associados concretizarem seus sonhos e suprirem suas necessidades.

A Cooperativa é filiada ao Sicoob, através da Sicoob Central CECRESP - Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo.

A área financeira da Central, por meio da unidade de finanças, presta, para a Cooperativa, o serviço de intermediação financeira dos associados.

A nossa Cooperativa está participando do Conselho de Administração do Sicoob Central CECRESP. Assim, podemos cada vez mais auxiliar no estabelecimento de diretrizes, planos e metas, e estratégias, para garantir o adequado e eficaz fortalecimento do Sistema Sicoob ao qual pertencemos.

Dentro do princípio cooperativista de instituição sem fins lucrativos e respeitando a legislação vigente, as sobras líquidas obtidas em 2022, serão distribuídas aos associados que realizaram empréstimos, proporcionalmente aos juros pagos sobre os empréstimos no respectivo exercício social, e, dentro do princípio de gerar poupança, os valores serão incorporados aos capitais dos associados, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária.

Atingimos resultados expressivos neste exercício. Agradecemos a todos que estiveram comprometidos conosco, nos trabalhos da Cooperativa; em especial agradecemos: aos dirigentes das empresas Mondelēz Brasil e Philip Morris Brasil; aos associados; ao Conselho Fiscal, aos membros da Diretoria, e aos funcionários, da Cooperativa.

Nas dificuldades buscamos alternativas, e com extremo empenho dos nossos colaboradores, conseguimos atender de forma a não pararmos a operação.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Diretoria Executiva:

Jussara Kupper da Silva Machado - Diretora Presidente

Marcos de Oliveira - Diretor Administrativo

Márcio Roberto D. Nunes Figueredo - Diretor Operacional

Valéria Farinha Barros Arnaut - Diretora

Luis Everardo Simões Monteiro - Diretor

Conselho Fiscal:

Rodrigo da Conceição Reis - Membro efetivo

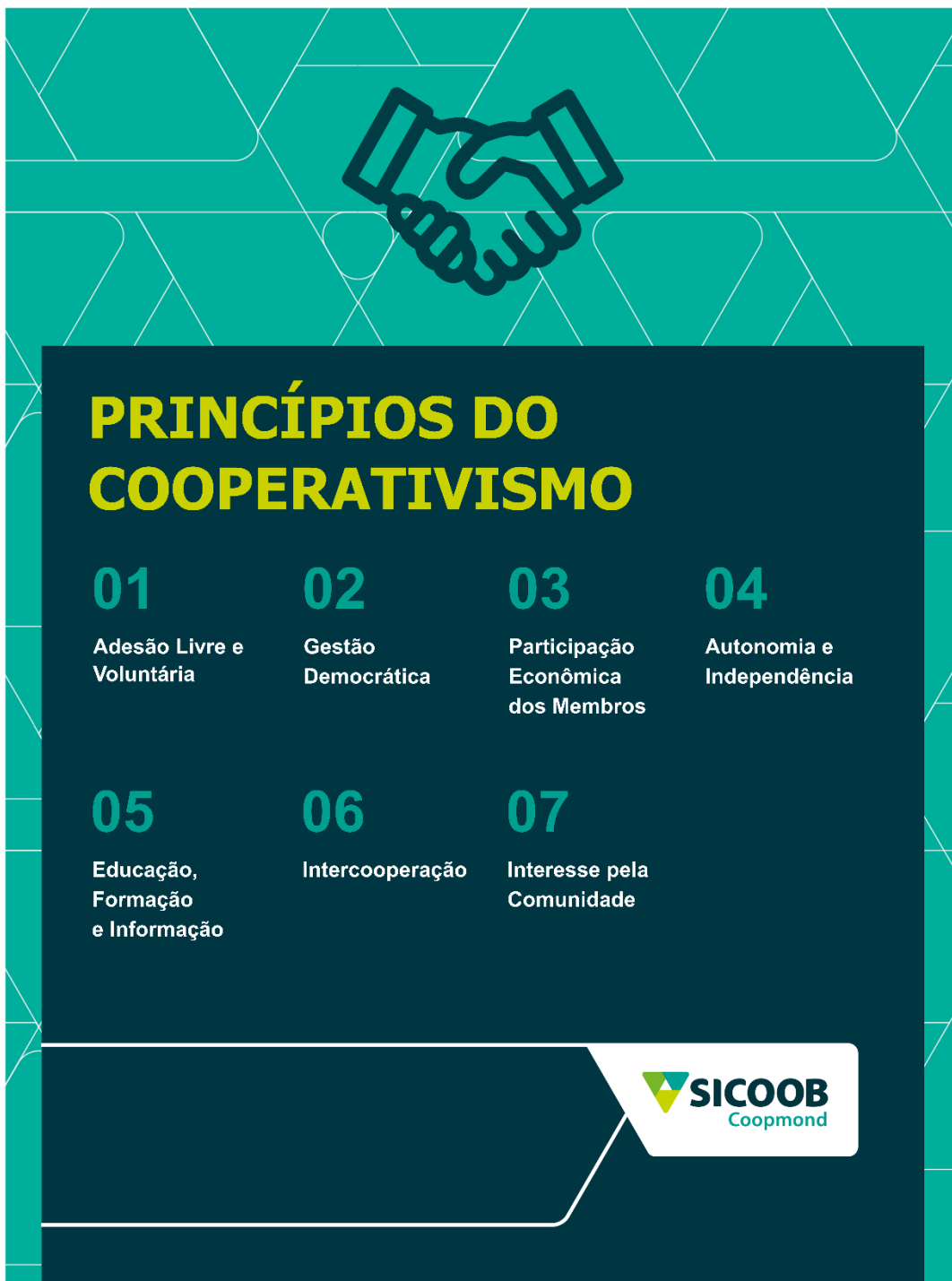
Robson Silva da Costa - Membro efetivo

José Mário Lessa - Membro suplente

Gregório Portela da Fonseca Neto – Membro Suplente


Princípios Cooperativistas

Os princípios cooperativistas definidos pela ACI (Aliança Cooperativa Internacional) são as linhas orientadoras pelas quais as cooperativas levam os seus valores à prática:



PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

- 01** Adesão Livre e Voluntária
- 02** Gestão Democrática
- 03** Participação Econômica dos Membros
- 04** Autonomia e Independência
- 05** Educação, Formação e Informação
- 06** Intercooperação
- 07** Interesse pela Comunidade



Algumas ações da Cooperativa, em 2022:

Ações de saúde financeira

O planejamento financeiro é fundamental para a tomada de decisões acertadas sobre finanças e consumo e para manter o foco diante de situações adversas.

Em 2022, a Cooperativa realizou as seguintes ações:

1. Palestra online, com o tema “Como construir e manter a saúde financeira”, ministrada pela Gerente de Desenvolvimento Organizacional do Sicoob Coopmond, Andrea Aparecida dos Santos, em 23/08/2022, na Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Meio Ambiente (SIPATMA) da Mondelēz Brasil, disponibilizada nos meios de comunicação digital internos da empresa durante o evento.
2. Palestra online em 31/08, para a equipe da Cooperativa e convidados, com o tema “Educação Financeira – Projetando o futuro através do presente”, ministrada pelo Fabrício Nagao – Especialista em Gestão Financeira e Controladoria pela Fundação Getúlio Vargas. A realização teve o apoio do Sicoob Central Cecresp e do Sescop/SP. A palestra teve por objetivo trazer aos participantes informações necessárias para terem um controle de suas finanças pessoais de médio e longo prazo.
3. Palestra online, com o tema “Como construir e manter a saúde financeira”, ministrada pela Gerente de Desenvolvimento Organizacional do Sicoob Coopmond, Andrea Aparecida dos Santos, disponibilizada nos meios de comunicação digital internos da Philip Morris Brasil durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT) do Centro de Distribuição da Philip Morris Brasil, localizado em Tamboré, em novembro de 2022.

Com isso, a Cooperativa levou informação e mostrou que a saúde financeira também auxilia na prevenção de acidentes uma vez que promove uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, melhor saúde física e mental, as quais auxiliam na redução da probabilidade de acidentes no trabalho.

Ação de Divulgação da Cooperativa

De 12 a 31 de outubro, o Sicoob Coopmond, promoveu a campanha “Sicoob Coopmond no Mês da Criança”, para um público estimado de mais de 10 mil pessoas, em abrangência nacional.

O evento teve por objetivo comemorar o Dia das Crianças, divulgar a Cooperativa e aproximá-la do seu público.

Compra Cooperada:

- Continuidade do sistema de Compra Cooperada de eletrodomésticos: Compra Certa.
- Continuidade do sistema de Compra Cooperada de produtos da Fast Shop.
- Continuidade do sistema de Compra Cooperada de produtos Electrolux.

CooperKit Bebê:

- Continuidade do benefício.

Seguros:

- Continuidade da parceria com a Cible Corretora de Seguros.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.s.as Demonstrações Contábeis do exercício de **2022** da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 03/02/2022, a Cooperativa completou 52 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de integralização de Capital.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2022, conforme as demonstrações contábeis, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil - Sicoob Coopmond, após pagar 80% da taxa Selic, como juros sobre o capital dos associados, obteve um resultado líquido de R\$ 1.556.741,06 (um milhão, quinhentos e cinquenta e seis mil, setecentos e quarenta e um reais e seis centavos).

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 2.412.114,25 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, cento e quatorze reais e vinte e cinco centavos). Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 16.609.120,85 (dezesesseis milhões, seiscentos e nove mil, cento e vinte reais e oitenta e cinco centavos)

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Comercial	R\$ 16.609.120,85	100%
--------------------	-------------------	------

Os Dez Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 5,42% da carteira, no montante de R\$ 900.267,06 (novecentos mil, duzentos sessenta e sete reais e seis centavos).

4. Captação

As captações, no total de R\$ 4.486.771,00 (quatro milhões, quatrocentos oitenta e seis mil, setecentos e setenta e um reais) apresentaram um aumento em relação ao mesmo período do exercício anterior de aproximadamente 1,60%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Integralização de Capital

Os dez maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 6,58% da captação, no montante de R\$ 2.500.393,60 (dois milhões, quinhentos mil, trezentos noventa e três reais e sessenta centavos).

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos era de R\$ 34.615.759,49 (trinta e quatro milhões, seiscentos e quinze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos). O quadro de associados era composto por 3.486 (três mil, quatrocentos oitenta e seis) cooperados, havendo um aumento de aproximadamente 0,72% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 98,46% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem à Diretoria Executiva as decisões estratégicas e ao Diretor Operacional e o Diretor Administrativo, cada um em sua área, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda o Acir compartilhado - CECRESP, supervisionado diretamente pelo Diretor de Riscos; e a empresa CNAC – Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa fez as auditorias da Cooperativa no exercício de 2022.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento do Acir compartilhado – CECRESP e da Diretoria Executiva. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central CECRESP.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento da Diretoria, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada 03 (três) anos na AGO – Assembleia Geral Ordinária, com mandato até a **AGO de 2024**, o Conselho Fiscal tem função complementar à da Diretoria Executiva. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos aderiram, em 01/08/2016, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2022, a Ouvidoria da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, teve o registro de uma manifestação de atendimento insatisfatório, após nossa resposta foi considerada procedente solucionada pelo sistema de Ouvidoria Sicoob, não havendo nenhuma manifestação sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

11. Gerenciamento de Risco e de Capital

11.1 Risco operacional

a) O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.380/06.

b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional e Contábeis, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas - Sicoob Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

- c) O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.
- d) O uso da lista de verificação de conformidade (LVC) tem por objetividade identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no sistema de Controles Internos de Riscos Operacionais (SCIR).
- e) As informações cadastradas no sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (SCIR) são mantidas em banco de dados fornecidos pelo Sicoob Confederação.
- f) A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas em cada entidade da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, sob a supervisão do Sicoob Central CECRESP e Sicoob Confederação.
- g) Para situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).
- h) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

11.2 Risco de mercado

- a) O gerenciamento do risco de mercado da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de mercado, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.464/07.
- b) Conforme preceitua o art. 11 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco de mercado, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.
- c) No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de

estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da Entidade.

11.3 Risco de crédito

a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

b) Conforme preceitua o art. 10 da Resolução CMN nº 3.721/09, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no site www.sicoob.com.br.

c) Compete aos responsáveis pela estrutura centralizada de riscos a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, possui estrutura compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

11.4 Gerenciamento de capital

a) A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

b) Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos, aderiu à Confederação Nacional das Cooperativas (Sicoob

Confederação), a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob Confederação e Sicoob Central CECRESP, com objetivo de:

I. Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob Confederação, estão sujeitas;

II. Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades Cooperativas do Sicoob Confederação;

III. Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

d) Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob Confederação.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pelo apoio e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Paulo, 23 de março de 2023.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

Demonstrações Contábeis do exercício de 2022
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Circulante			
Disponibilidade	4		98
Título e Valores Mobiliários	5		16.349
Relações Interfinanceiras	4		2.346
Operações de Crédito	6		4.962
Outros Créditos	7		22
Outros Valores e Bens	8		17
Total do ativo circulante			24.666
Realizável a Longo a Prazo			
Operações de Crédito	6		11.334
Total do ativo realizável a longo prazo			11.334
Permanente			
Investimentos	9		4.735
Imobilizado de Uso	10		21
Intangível	11		7
Total do permanente			4.763
Total do ativo			39.891
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

Jussara Kupper da Silva Machado
 Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
 Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
 CONTADORA - CRC/MG 082.177/
 O-0

Passivo	Notas	31-dez-22	31-dez-21
Circulante			
Depósitos à vista, sob aviso e a prazo		-	-
Obrigações sociais e estatutárias	12.1		1.900
Obrigações fiscais e previdenciárias	12.2		76
Obrigações diversas	12.3		317
Total do passivo circulante			2.293
Patrimônio líquido			
Capital Social	14.a		35.044
Reserva Legal			1.737
Reserva de Sobras	15.d		802
Reserva de Expansão			0
Total do patrimônio líquido			37.583
		0	0
Total do passivo			37.583

Jussara Kupper da Silva Machado
 Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
 Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
 CONTADORA - CRC/MG 082.177/O-0

Demonstração das sobras ou perdas 2021 (em milhares de reais)				
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos CNPJ nº 62.795.257/0001-34				
Descrição	Notas	2º Sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		3.553	6.600	4.771
Operações de Crédito	18	2.493	4.641	3.967
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Inst. Financeiros	5(a)	1.059	1.958	803
Ingressos de Depósitos Intercooperativos				0
Dispêndio da Intermediação Financeira	19	-4.691	7.856,41	-128
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		-4.691	7.856,41	-128
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		3.548	6.608	4.642
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		-586	-1.781	-2.056
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20	22	43	41
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21	-	-	3,99
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22	-942	-1.715	-1.441
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23	-460	-952	-909
Despesas (Dispêndios) Tributárias	24	-15	-21	-8
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	25	856	940	273
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	26	-46	-75	-11
Resultado Operacional		2.962	4.827	2.585
Outras Receitas e Despesas	27	86	101	17
Outras Receitas e Despesas		86	101	17
Resultado Antes da Tributação e Participações		3.049	4.928	2.603
Participações nos Resultados de Empregados		-	-	-73
Sobras/Perdas Antes das Destinações e dos Juros ao Capital		3.049	4.928	2.529
Juros ao Capital		-3.371	-3.371	-1.484
Sobras ou Perdas do Período antes das Destinações		-322	1.556	1.045

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Jussara Kupper da Silva
Machado**
Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177/
O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Em Reais					
	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2020	34.181.259,00	(14,40)	1.637.625,53	823.472,04	36.642.342,17
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	672.342,49	0,00	0,00	(823.472,04)	(151.129,55)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	4.437.230,24	12,40	0,00	0,00	4.437.242,64
Por Devolução (-)	(5.639.375,01)	0,00	0,00	0,00	(5.639.375,01)
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	2.529.725,03	2.529.725,03
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(1.484.554,20)	(1.484.554,20)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	1.392.748,39	0,00	0,00	0,00	1.392.748,39
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	100.348,75	(100.348,75)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(100.348,75)	(100.348,75)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(41.683,34)	(41.683,34)
Saldos em 31/12/2021	35.044.205,11	(2,00)	1.737.974,28	802.789,99	37.584.967,38
Saldos em 31/12/2021	35.044.205,11	(2,00)	1.737.974,28	802.789,99	37.584.967,38
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:					
Distribuição de sobras para associados	711.533,78	0,00	0,00	(802.789,99)	(91.256,21)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	4.486.771,00	(37,00)	0,00	0,00	4.486.734,00
Por Devolução (-)	(5.264.437,68)	0,00	0,00	0,00	(5.264.437,68)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	16.012,98	16.012,98
Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	4.928.452,93	4.928.452,93
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(3.371.711,87)	(3.371.711,87)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	3.001.992,71	0,00	0,00	0,00	3.001.992,71
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	444.731,03	(444.731,03)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(148.243,68)	(148.243,68)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(90.317,27)	(90.317,27)
Saldos em 31/12/2022	37.980.064,92	(39,00)	2.182.705,31	889.462,06	41.052.193,29
Saldos em 30/06/2022	34.670.855,47	(2,00)	1.737.974,28	1.879.101,13	38.287.928,88
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	2.307.326,11	(37,00)	0,00	0,00	2.307.289,11
Por Devolução (-)	(2.000.109,37)	0,00	0,00	0,00	(2.000.109,37)
Reversão/Realização de Fundos	0,00	0,00	0,00	16.012,98	16.012,98

Relatório de Gestão Anual - 2022

Sobras ou Perdas do Período Antes das Destinações e dos Juros ao Capital	0,00	0,00	0,00	3.049.351,80	3.049.351,80
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:					
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00	0,00	0,00	(3.371.711,87)	(3.371.711,87)
Juros sobre o Capital Próprio, líquido	3.001.992,71	0,00	0,00	0,00	3.001.992,71
Destinações das Sobras do Período:					
Fundo de Reserva	0,00	0,00	444.731,03	(444.731,03)	0,00
FATES - Atos Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(148.243,68)	(148.243,68)
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00	0,00	(90.317,27)	(90.317,27)
Saldos em 31/12/2022	37.980.064,92	(39,00)	2.182.705,31	889.462,06	41.052.193,29

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177/
O-0

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Em Reais				
	Notas	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES				
		3.049.351,80	4.928.452,93	2.603.442,51
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(765.976,49)	(765.976,49)	(169.364,55)
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(22.145,71)	(133,15)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		4.691,73	(7.856,41)	128.935,06
Depreciações e Amortizações	23	5.439,16	9.819,10	9.380,30
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO				
		2.293.506,20	4.142.293,42	2.572.260,17
(Aumento)/Redução em Ativos Operacionais				
Títulos e Valores Mobiliários		(1.218.615,15)	(3.470.692,33)	359.825,99
Operações de Crédito		(588.183,76)	(32.835,46)	(333.358,07)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(38.765,99)	(39.157,68)	(5.446,54)
Outros Ativos		94.610,45	(812.990,56)	(6.530,97)
Aumento/(Redução) em Passivos Operacionais				
Outros Passivos Financeiros		8.521,16	10.192,76	8.464,01
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		167.246,94	162.849,93	16.931,22
Outros Passivos		(2.182.019,76)	(2.337.736,51)	(1.382.809,60)
FATES - Atos Cooperativos		(148.243,68)	(148.243,68)	(100.348,75)
FATES - Atos Não Cooperativos		(90.317,27)	(90.317,27)	(41.683,34)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS				
		(1.702.260,86)	(2.616.637,38)	1.087.304,12
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Dividendos Recebidos		-	-	133,15
Distribuição de Sobras da Central Recebidos		-	22.145,71	-
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		765.976,49	765.976,49	169.364,55
Aquisição de Intangível		(516,92)	258,46	1.550,76
Aquisição de Imobilizado de Uso		(1.541,50)	(6.710,23)	(7.750,83)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
		763.918,07	781.670,43	163.297,63
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		2.307.289,11	4.486.734,00	4.437.242,64

Devolução de Capital à Cooperados	(2.000.109,37)	(5.264.437,68)	(5.639.375,01)
Distribuição de Sobras Para Associados Pago	-	(91.256,21)	(151.129,55)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido	3.001.992,71	3.001.992,71	1.392.748,39
Reversão/Realização de Fundos	16.012,98	16.012,98	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	3.325.185,43	2.149.045,80	39.486,47
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.386.842,64	314.078,85	1.290.088,22
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período	4 371.672,85	2.444.436,64	1.154.348,42
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período	4 2.758.515,49	2.758.515,49	2.444.436,64
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.386.842,64	314.078,85	1.290.088,22

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora-Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177/O-0

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA
MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS – SICOOB COOPMOND**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **27/05/1970**, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO – SICOOB CENTRAL CECRESP** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB COOPMOND, possui **0** Postos de Atendimento (PAs).

O SICOOB COOPMOND tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28/02/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2022.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. **A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS – SICOOB COOPMOND** junto a seus associados, colaboradores e a comunidade está fazendo sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento de sua missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECRESP** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos

intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

m) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2022** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2022**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e depósitos bancários	346.401,24	98.251,03
Relações interfinanceiras - centralização financeira	2.412.114,25	2.346.185,61

Títulos e Valores Mobiliários	24.555.161,14	16.349.289,10
TOTAL	27.313.676,63	18.793.725,74

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Títulos de Renda Fixa (a)	10.079.239,61	14.204.849,56
Cotas de Fundo de Investimento (b)	2.432.829,35	2.144.439,54
Participações de Cooperativas	12.043.092,18	0,00
TOTAL	24.555.181,14	16.349.289,10

(a) Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no Sicoob Central CECRESP.

(b) As Cotas de Fundos de Investimento gerido pelo Sicoob Central CECRESP.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	4.097.051,89	12.512.068,96	16.609.120,85	16.657.665,51
Total de Operações de Crédito	4.097.051,89	12.512.068,96	16.609.120,85	16.657.665,51

(-) Provisões para Operações de Crédito	(109.741,27)	(177.574,84)	(287.316,11)	(360.803,51)
TOTAL	3.987.310,62	12.334.494,12	16.321.804,74	16.296.862,00

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-	Normal	128.210,18	128.210,18	0,00	359.798,94	0,00
A	0,5%	Normal	10.087.629,81	10.087.629,81	(50.438,16)	11.673.188,44	(58.365,94)
B	1%	Normal	5.376.838,06	5.376.838,06	(53.768,39)	3.527.511,01	(35.275,11)
B	1%	Vencidas	80.542,32	80.542,32	(805,43)	96.562,18	(965,62)
C	3%	Normal	683.659,89	683.659,89	(20.509,81)	642.852,37	(19.285,58)
C	3%	Vencidas	973,45	973,45	(29,21)	16.013,33	(480,40)
D	10%	Normal	105.463,75	105.463,75	(10.546,39)	184.710,10	(18.471,01)
D	10%	Vencidas	3.585,29	3.585,29	(358,54)	54.185,36	(5.418,53)
E	30%	Normal	395,45	395,45	(118,65)	40.645,29	(12.193,59)
E	30%	Vencidas	5.432,62	5.432,62	(1.629,80)	31.536,10	(9.460,83)
F	50%	Normal	3.236,15	3.236,15	(1.618,08)	9.519,16	(4.759,58)
F	50%	Vencidas	1.860,67	1.860,67	(930,34)	3.118,97	(1.559,48)
G	70%	Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

G	70%	Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
H	100%	Normal	1.596,59	1.596,59	(1.117,56)	23.292,32	(16.304,60)
H	100%	Vencidas	93.096,45	93.096,45	(93.096,45)	115.450,10	(115.450,10)
Total Normal			16.478.529,74	16.478.529,74	(230.095,93)	16.352.259,47	(245.916,15)
Total Vencidos			130.591,11	130.591,11	(41.471,05)	305.406,04	(114.887,36)
Total Geral			16.609.120,85	16.609.120,85	(271.566,98)	16.657.665,51	(360.803,51)
Provisões			(271.566,98)	(271.566,98)		(360.803,51)	
Total Líquido			16.337.553,87	16.337.553,87		16.296.862,00	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	1.417.780,73	3.172.138,33	12.019.201,79	16.609.120,85

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2022	% da Carteira
Pessoa Física	16.609.120,85	16.609.120,85	100,00%

(*) Não contempla provisão para crédito de liquidação duvidosa.

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	360.803,51	321.102,18
Constituições / Reversões no período	(7.856,41)	128.935,06
Transferência para prejuízo	(81.380,12)	(89.233,73)
TOTAL	271.566,98	360.803,51

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	196.517,13	1,18%	157.132,88	0,94%
10 Maiores Devedores	900.267,06	5,42%	960.137,57	5,76%
50 Maiores Devedores	2.543.489,76	15,31%	2.623.089,84	15,75%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	508.768,72	544.456,35
Valor das operações transferidas no período	152.947,47	101.874,90
Valor das operações recuperadas no período	(35.847,36)	(137.562,43)
TOTAL	625.868,83	508.768,72

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Diversos		
Adiantamentos e antecipações salariais	0,00	6.886,60
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.000,00	3.000,00
Impostos e contribuições a compensar	45.846,86	6.689,18
Títulos e créditos a receber	3.921,50	3.921,50
Devedores diversos – país (a)	804.946,26	1.614,34
(-) Provisões para outros créditos		
(-) Com características de concessão de crédito (b)	(3.921,50)	(3.921,50)
TOTAL	853.793,12	18.190,12

(a) Refere-se a pendências a regularizar, nas quais encontram-se registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

08. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Pessoal Antecipadas (a)	38.082,50	17.143,91

(a) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU, entre outras.

09. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participação em Cooperativa Central De Crédito	0,00	4.569.791,67
Part. Em Cooperativas, Exceto Coop. Central Crédito	0,00	165.388,04
TOTAL	0,00	4.735.179,71

Referem-se a cotas de capital no Sicoob Central CECRESP e ações do Bancoop

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e equipamentos de Uso	10%	29.960,03	29.960,03
Sistema de Processamento de Dados	20%	59.054,40	54.661,05
Total Imobilizado de Uso		90.297,47	84.621,08
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(71.144,32)	(63.651,36)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(71.144,32)	(63.651,36)
Total		19.153,15	20.969,72

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da instituição, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	Taxa Amortização	31/12/2022	31/12/2021
Sistema de Processamento De Dados	20%	7.754,31	7.754,31
Intangível		7.754,31	7.754,31
(-) Amortização acumulada Ativos Intangíveis		(5.911,12)	(4.360,36)
Total de Amortização de ativos Intangíveis		(5.911,12)	(4.360,36)
TOTAL	20%	1.843,19	3.393,95

12. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	924,52	11,36
Impostos e Contribuições sobre Salários	44.135,84	42.938,03
Outros	193.856,79	33.117,83
TOTAL	238.917,15	76.067,22

12.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Participações nos Lucros (a)	63.556,67	58.696,66
Resultado de Atos com Associados (b)	1.346.475,44	1.123.927,47

Resultado de Atos com Não Associados	90.317,27	41.867,21
Gratificações e Participações a Pagar	0,00	2.586,32
Cotas de Capital a Pagar (v)	371.037,82	720.203,60
TOTAL	1.717.513,26	1.905.414,05

(a) Refere-se à Participação nas sobras de colaboradores e diretores, sendo que essa participação foi calculada com base em atingimento de metas estabelecidas.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 15% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

12.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	924,52	11,36
Impostos e Contribuições sobre Salários	44.135,84	42.938,03
Outros	0,00	0,00
TOTAL	45.060,36	42.949,39

12.3 Diversas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	13.415,52	2.231,22
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	115.264,66	119.122,50
Credores Diversos – País (b)	1.421.557,33	195.823,34
TOTAL	1.550.237,51	317.177,06

(a) Na conta de Provisão para Pagamento a efetuar encontram-se os registros seguintes: Despesa de Pessoal R\$ 110.057,78, Outras Despesas Administrativas com Assessoria Técnica, comunicações, Seguro Prestamista no valor de R\$ 5.206,88.

(b) Refere-se a pendências a regularizar de R\$ 1.366.300,25, nas quais encontram-se registros dos últimos 180 dias, passíveis de tratamento e regularização, e pagamentos a processar no valor de R\$ 55.257,08 referente recebimentos de folhas de pagamento para amortizações de empréstimos nos períodos subsequentes.

13. Instrumentos financeiros

O SICOOB COOPMOND opera somente com crédito consignado desconto em folha, e crédito pessoal (créd. já).

Ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	37.980.025,92	35.044.203,11
Associados	3.411	3.367

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2022, os cooperados deliberaram pela destinação de 100% das sobras líquidas do exercício findo em **31 de dezembro de 2021**, no valor de R\$ 802.789,99 integralizados ao capital social evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Sobra líquida do exercício	1.556.741,06	1.045.170,83
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(90.317,27)	(41.683,34)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.482.436,77	1.003.487,49
Destinações estatutárias	(592.974,71)	(200.697,50)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	889.462,06	802.789,99

15. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita de prestação de serviços	25.515,87	42.826,03
Despesas específicas de atos não cooperativos	(4.162,60)	(1.688,88)

Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(8.574,89)	(5.273,17)
Resultado operacional	12.778,38	35.863,98
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	101.253,82	17.763,98
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	114.032,20	53.627,96
Dedução do total de receitas de vendas de seguros e consórcios com Associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(23.714,93)	(11.944,62)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	90.317,27	41.683,34

16. Provisão de Juros ao Capital

A Central pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas cooperativas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC e o juros ao capital próprio foi integralizado ao capital social, evidenciado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL.

No exercício de **2022**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 765.976,49, equivalente a 100% da Selic conforme aprovado em 19 de dezembro de 2022 na ata da Diretoria.

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas De Empréstimos	2.473.075,72	4.600.920,81	3.830.109,55
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	20.741,55	40.943,65	137.562,43
TOTAL	2.493.817,27	4.641.864,46	3.967.671,98

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Provisões para Operações de Crédito	(105.446,37)	(302.408,02)	(438.488,98)
Reversões para Operações de Créditos	100.754,64	310.264,43	309.553,92
TOTAL	(4.691,73)	7.856,41	(128.935,06)

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de Comissão	14.161,52	25.515,87	11.946,62
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	8.778,06	17.742,93	29.010,61
Total	22.939,58	43.258,80	40.957,23

20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Honorários – Diretoria e CF	(50.980,71)	(98.306,33)	(88.156,35)
Despesas de Pessoal – Benefícios	(243.137,77)	(432.006,52)	(326.141,66)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(190.208,33)	(335.199,39)	(269.880,02)
Despesas de Pessoal – Proventos	(458.183,16)	(849.944,53)	(757.060,74)
TOTAL	(942.509,97)	(1.715.456,77)	(1.441.238,77)

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(2.796,82)	(7.205,76)	(4.717,97)
Despesas de Aluguéis	(26.604,25)	(50.611,45)	(32.253,24)
Despesas de Comunicações	(14.824,38)	(27.396,25)	(27.144,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(3.940,00)	(8.080,00)	(6.425,28)
Despesas de Material	(5.132,34)	(10.642,82)	(11.507,47)
Despesas de Processamento de Dados	(22.865,24)	(36.890,94)	(35.706,78)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(11.355,11)	(15.030,86)	(3.341,75)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	(3.181,28)	(4.374,26)
Despesas de Seguros	(647,86)	(1.335,50)	(268,68)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(20.595,40)	(40.912,96)	(35.066,09)
Despesas de Serviços de Terceiros	(16.757,05)	(29.617,10)	(15.894,99)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(33.054,50)	(67.151,19)	(55.996,16)
Despesas de Transporte	(492,75)	(1.733,52)	(157,67)
Despesas de Viagem no País	(1.159,93)	(1.159,93)	0,00
Despesas de Amortização	(1.292,30)	(1.292,30)	0,00
Despesas de Depreciação	(4.146,86)	(8.526,80)	(9.380,30)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(5.873,50)	(8.300,26)	(1.178,53)

Rateio de despesas da Central	(187.165,00)	(381.902,60)	(383.428,32)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(57.881,15)	(116.789,16)	(101.195,29)
Despesa de Contribuição a OCE	(12.554,56)	(18.078,60)	(66.974,45)
Despesas do Centro de Serv. Compartilhados - CCS	(9.154,20)	(9.154,20)	0,00
Outras Despesas Administrativas	(22.488,86)	(107.131,73)	(114.459,25)
TOTAL	(460.782,06)	(952.125,21)	(909.470,48)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas	4.644,74	6.899,66	27.024,82
Dividendos	0,00	0,00	133,15
Distribuição de sobras da central	0,00	22.145,71	0,00
Outras rendas operacionais	85.611,67	145.189,87	76.999,76
Juros ao Capital Recebidos da Central	765.976,49	765.976,49	169.364,55
TOTAL	856.232,90	940.211,73	273.522,28

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Outras Despesas Operacionais	(16.912,23)	(43.751,63)	(11.304,43)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(15.498,10)	(15.498,10)	0,00

Dispêndios de Assistência Técnica , Educativa e Social	(13.774,93)	(16.012,98)	0,00
TOTAL	(46.185,26)	(75.262,71)	(11.304,43)

24. Resultado não operacional

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
Ganhos de Capital	87.183,04	101.797,33	17.763,98
(-) Perdas de Capital	(543,51)	(543,51)	0,00
Resultado Líquido	86.639,53	101.253,82	17.763,98

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

No exercício de **2022** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	2º sem 2022	31/12/2022	31/12/2021
INSS Diretoria/Conselheiros	(3.298,57)	(9.286,13)	0,00
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(47.910,92)	(74.582,62)	(88.156,35)

26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA MONDELEZ BRASIL, PHILIP MORRIS BRASIL E K&S ALIMENTOS – SICOOB COOPMOND**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS CRÉDITO ESTADO DE SÃO PAULO - SICOOB CENTRAL CECRESP**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL CECRESP**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECRESP** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB COOPMOND responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECRESP** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho Fiscal.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição ao risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

27.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de referência (PR)	28.950.178,41	33.178.723,10

Ativos ponderados pelo risco (RWA)	20.939.358,92	24.722.402,75
Índice de basileia – (mínimo 12 %)	138,25	134,21
Imobilizado para cálculo do limite	19.153,15	186.357,76
Índice de imobilização – (limite 50 %	0,06	0,56

30. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida.

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Coopmond, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo.

São Paulo – SP, 23 de março de 2023.

Jussara Kupper da Silva Machado
Diretora Presidente

Marcos de Oliveira
Diretor Administrativo

ELAINE CRISTINA NETO
CONTADORA - CRC/MG 082.177/ O-0

Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez Brasil, Philip Morris Brasil, e K&S Alimentos, após examinarmos o Balanço Patrimonial apurado em 30 de junho e 31 de dezembro de 2022, concluímos que as demonstrações contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa.

Diante do exposto, por unanimidade, somos favoráveis à aprovação das contas do exercício de 2022.

São Paulo, 23 de março de 2023

DocuSigned by:

Rodrigo da Conceição Reis

7369E9EEGA9747B...

Rodrigo da Conceição Reis
CPF 282.858.008-30

DocuSigned by:

Robson Silva da Costa

B53A0DF635234C2...

Robson Silva da Costa
CPF 213.305.678-54

DocuSigned by:

Gregório Portela da Fonseca Neto

E9BA26DC460343F...

Gregório Portela da Fonseca Neto
CPF 093.885.948-00

DocuSigned by:

Jose Mario Lessa

07BFDD503DC9405...

José Mário Lessa
CPF 853.071.226-91

**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da Mondelez
Brasil, Philip Morris Brasil e K&S Alimentos**

Av. Pedroso de Moraes, 517 – 5º andar – Conjunto 51 – Pinheiros

CEP 05419-000 – São Paulo – SP

(11) 3031-3312 - Opção 1

cooperativa@coopmondcredito.org.br

<https://www.sicoob.com.br/web/sicoobcoopmond>

Atendimento da ouvidoria:

Telefone: 0800 725 0996, de segunda a sexta, das 8h às 20h

Deficientes auditivos ou de fala: 0800 940 0458, de segunda a sexta, das 8h às 20h

Site: www.ouvidoriasicoob.com.br